

A LITERATURA INFANTIL NA PERSPECTIVA DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

Flávia Luciene Azevedo Oliveira Lima¹
Daniela Amaral Silva Freitas²

Palavras-chave: Mercado Editorial; Literatura Infantil; Estado.

Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado em educação que investiga diferentes âmbitos envolvidos na formação do leitor de literatura infantil, entre eles, o mercadológico. Nesse sentido, interroga-se em que medida a produção e a circulação dos livros literários são influenciadas pelo mercado editorial brasileiro. Este trabalho pauta-se nos referenciais teóricos dos estudos culturais e da literatura no campo da educação e compreende a literatura como um artefato cultural, que funciona como “máquina de ensinar”. Desse modo, foi realizada uma revisão bibliográfica para mapeamento de aspectos históricos com base em estudos sobre literatura e mercado, bem como de dados atualizados disponibilizados por entidades que analisam e coordenam o mercado de livros no contexto brasileiro. A partir de alguns marcos significativos encontrados, principalmente no que se refere à literatura infantil, pode-se afirmar que essa relação surgiu de uma interdependência entre a escola, o Estado e o mercado editorial, o que, de certa maneira, ainda se mantém.

Introdução

A preocupação com a formação do leitor sempre se fez presente no Brasil. No final do século XIX e início do século XXI, ganha contornos diferentes. Isso porque tinha-se um contexto que mesclava a crise do sistema monárquico, a extinção do regime escravocrata, novas conformações sociais advindas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, a mecanização da impressão, o surgimento da escola, novos olhares para a criança. Dessa forma, a literatura infantil começou a se desenvolver mais fortemente, apresentando-se como possibilidade de ferramenta pedagógica.

¹ Mestranda em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). flavia.olima@hotmail.com.

² Daniela Amaral Silva Freitas. Doutora em Educação. FAE/ UEMG. danielaasfreitas@gmail.com.

A literatura infantil integra um sistema complexo, impregnado de interesses diversos, entre eles, os da escola e os do mercado. Ao pesquisar o tema, interessa compreender um pouco dos meandros da história que mostra como ela chegou ao status que tem hoje na contemporaneidade. Afinal, para se realizar qualquer reflexão sobre uma produção cultural ou um fenômeno social da atualidade é necessário “uma contextualização e – mais – da compreensão de seu estatuto (e suas transformações) na dinâmica cultural e social em que se insere. Não é diferente com a literatura infantil” (SILVEIRA, 2016, p. 13).

O percurso da literatura infantil está entrelaçado também com o livro enquanto objeto, que por muito tempo esteve associado a um signo de status e de conhecimento, e que encontrou no sistema capitalista o seu projeto para massificação (CARDOSO, 2011). De alguma forma, considerar a história do país ajuda a compreender aspectos que um olhar menos acurado poderia não perceber de possíveis interferências que margeiam o universo de produção e circulação do livro de literatura infantil em contexto nacional. No simples gesto da leitura, de se abrir um livro, nem sempre o leitor se dá conta da trama de relações estabelecidas nesse ato, que “nem por isso deixa de ser completa e atuante. Na realidade, a leitura não é um ato natural, mas cultural e historicamente demarcado.” (PERROTTI, 1990, p. 63). Desse modo, far-se-á uma incursão na história que envolve a produção e a circulação de livros, dialogando com pesquisadores importantes da área da literatura infantil, do livro e do mercado editorial.

No primeiro momento será apresentado a inserção dos primeiros livros no Brasil Colônia. O segundo tópico abordará os primeiros passos da literatura infantil no Brasil. No terceiro momento, será realizada uma reflexão sobre a união do livro e a escola e sua relação com o mercado editorial. O tópico seguinte, o quarto, citará alguns números da literatura infantil em face ao mercado editorial na atualidade. Por fim, as considerações finais, que tentará expor, em exíguo espaço, as impressões que a pesquisa resultou.

O livro no Brasil – os primeiros passos nos primeiros séculos

Os primeiros livros que chegaram no Brasil foram trazidos da Europa pelos jesuítas já nas primeiras décadas de colonização (ROSA, 2009). Com o intuito de civilizar os índios e para o “aperfeiçoamento dos mestres” (MORAES, 2006, p. 7), os livros também serviam para instruir os filhos de alguns colonos. Contudo, a atividade editorial no país era totalmente proibida

(ROSA, 2014). Com a descoberta do ouro, que fez crescer o poderio econômico da colônia, com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808 e com a inauguração da Imprensa Régia, a demanda por livros cresceu em face às exigências da Corte, entre elas, a de uma melhor condição cultural.

Nesse contexto, com a criação de cursos superiores e a inauguração da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, marcou-se o início da produção de livros na colônia, muito embora os mesmos fossem produzidos conforme os desejos do Príncipe Regente e para atender os novos cursos acadêmicos. De qualquer modo, ficava “a serviço exclusivo da corte portuguesa” (ROSA, 2014, p. 42). As limitações e proibições com que operava a imprensa no período colonial eram frutos de receios da influência dos escritos sob o pensamento dos colonos, uma vez que “a imprensa já se mostrara como poderoso instrumento de mobilização social em movimentos revolucionários, como ocorrera em particular na Revolução Francesa” (ROSA, 2009, p. 82).

Apesar disso, não demorou até que surgissem iniciativas privadas para instalações de impressas em outros locais, como na Bahia, onde o “negociante Silva Serva certamente percebeu que, com a mudança da Corte para o Brasil, se abririam oportunidades de negócio na área da impressão” (SILVA, 2005, p. 20). Munido de material tipográfico e de autorização do governo, fez circular as primeiras produções privadas no território colonial. No entanto, semelhantes à Imprensa Régia, sua produção atendia, em grande parte, às temáticas relacionadas ao público da Faculdade de Medicina da Bahia; a literatura aparecia em menor produção (ROSA, 2009).

Flávia Rosa (2009) aponta que problemas econômicos e políticos, somados com a morte de Silva Serva, causaram um declínio na produção editorial que só voltou a ser retomada no final do século XIX. Vale ressaltar que, nesse intervalo, foram inauguradas livrarias e editoras no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, com vistas para algumas produções literárias nacionais e outras traduções. Entretanto, muito da produção gráfica era realizada fora do país em função da qualidade dos equipamentos.

Assim, a produção e a circulação inicial de livros no Brasil Colônia tiveram o propósito claro de servir à elite e aos interesses da Regência. Porém, em face a transformações sociais, políticas e econômicas, a Colônia viu-se obrigada a pensar sob novas conformações que afetaram o modelo de produção editorial do período em questão. À exemplo de outros países, o

“surgimento das corporações editoriais é uma história complexa que desafia simples explicações” (THOMPSON, 2013, p. 116), tampouco se esgota com facilidade, pois envolve relações de várias instâncias.

O livro e a literatura infantil – um percurso (de) marcado

O livro é o objeto mais antigo de documentação do conhecimento da humanidade. Com o ensejo de garantir a preservação de suas criações, o homem criou a escrita como sistema em código organizado. Utilizando diversos sistemas de escrita em diferentes suportes (pedra, argila, papiro...), “o homem registra sua vida ou faz reflexões a partir de suas experiências” (JAHN, 2001, p. 44). Nesse longo percurso, foi com a criação da Imprensa por Gutenberg que a impressão de livros tornou-se importante elemento de “revolução do pensamento e do saber verificada no século XVI. Ele agilizou e estimulou a troca de ideias e sua repercussão entre um número crescente de pessoas” (JAHN, 2001, p. 45).

Se esse modo de registrar e refletir sobre a vida é antigo e ganhou corpus na criação tipográfica, a literatura infantil só ganhou destaque no último século, em especial, nas últimas décadas. O mercado editorial, atento, percebeu o nicho que se abria com as revoluções e transformações econômicas, sociais e políticas anteriormente mencionadas.

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra fortaleceu a sociedade burguesa com uma nova forma de conglobação de riqueza. O foco na circulação de mercadorias do modelo econômico anterior, o feudal, quando transposto para a industrialização, fez emergir a necessidade de um mercado capaz de absorver os produtos produzidos em maior escala, a exemplo, o livro, que importa lembrar “foi o primeiro objeto produzido industrialmente” (ZILBERMAN, 1984, p. 97).

Entretanto, o processo de modernização impulsionado pela Revolução Industrial encontrou seus próprios desafios no Brasil. Com uma sociedade desigual, de origem escravocrata e latifundiária, rompendo e se organizando sob novo sistema político, não havia um mercado consumidor de livros infantis. Assim, viu-se, também, a escola como lócus de capacitação das crianças para se tornarem consumidoras em potencial, pois

Se o livro enquanto objeto cultural passa a existir desde o século XV, com a invenção da imprensa por Gutenberg, a difusão de seu uso teve que aguardar a época de que se fala aqui por duas razões: de um lado foi preciso que se aperfeiçoassem os mecanismos de reprodução mecânica (...) de outro, tornou-se condição obrigatória do maior consumo do livro o domínio generalizado dos códigos escritos, isto é, a alfabetização, o que não foi possível enquanto não se ampliou a rede escolar ou se promoveu a reforma dos instrumentos tradicionais de ensino. (ZILBERMAN, 1983, p. 20).

Atrelada a essa configuração, duas representações de criança, que viriam a contribuir com a produção da literatura infantil, ganham força: a da criança como ponto central de atenção da família burguesa e a da criança percebida como consumidora em potencial (CARDOSO, 2011, p. 30). Nesse ínterim, a família e a escola são os principais meios para tornarem possível um mercado profícuo do setor. É então que, nesta “sociedade que cresce por meio da industrialização e se moderniza em decorrência dos novos recursos tecnológicos disponíveis, a literatura infantil assume, desde o começo, a condição de mercadoria” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 18).

A modernização da sociedade brasileira foi lenta, mas questões políticas como a libertação dos escravos, a Proclamação da República e a grande imigração de pessoas europeias influenciaram o mercado de livros. Este seria ainda mais aquecido se se ampliasse o número de consumidores com a alfabetização da população. Nesse sentido, que pode-se dizer que a escola torna-se parte fundamental para a sustentação do sistema capitalista (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991). Nos moldes da Europa, ela passa a existir para instrumentalizar a população com o poder de compra, do mesmo modo que para potencializar e desenvolver o país.

O livro na escola – um mercado promissor em três tempos

Considerando a leitura um ato cultural e demarcado historicamente, como apontado por Perrotti (1990) no início deste trabalho, far-se-á uma tentativa de entrelaçar a literatura infantil, a escola e o mercado editorial em três momentos já inventariados por Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1991). O primeiro momento é marcado pela inserção da literatura infantil no Brasil. O segundo, pode ser considerado um período implementação. O terceiro é caracterizado por apresentar uma breve descrição de movimentos que afetaram o mercado até se aproximar do momento atual em que a literatura infantil está inserida.

Para situar o primeiro momento, de 1920 a 1940, é preciso voltar um pouco mais para contextualizar os entrelaçamentos propostos. Em época do Brasil Império “a educação primária gratuita e universal, fora introduzida como um conceito abstrato” (HALLEWELL, 2005, p. 280). Avançando para a República, a escola não atingia seus ideais, pois nem todas as crianças tinham acesso garantido à escolarização. Havia poucos leitores no país “se comparado às levas e levas de crianças que não tinham acesso nem à infância nem à escola nem à leitura” (LAJOLO, 2012, p. 58). Porém, “os laços entre a literatura e a escola começam desde este ponto: a habilitação da criança para o consumo de obras impressas” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991, p. 18). Por meio da escola, o Estado se torna o principal canal de distribuição e agenciamento de leitores. Com a aquisição de livros, tem-se o desejo de transformação da sociedade, e

Como é à instituição escolar que as sociedades modernas confiam a iniciação da infância tanto em seus valores ideológicos, quanto nas habilidades, técnicas e conhecimentos necessários inclusive à produção de bens culturais, é entre os séculos XIX e XX que se abre espaço, nas letras brasileiras, para um tipo de produção didática e literária dirigida em particular ao público infantil (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991, p. 25).

Na instituição escolar, a literatura infantil encontra seu fortalecimento. Seja para o controle ou para a manipulação do desenvolvimento intelectual e emocional “literatura infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir esta missão” (ZILBERMAN, 1983, p. 13). Missão que serve para veicular formas de condutas, de raciocínios convenientemente escolhidos, pois não se pode ignorar que os livros para crianças “são escritos por adultos, de que haverá controle e estarão envolvidos em questões morais” (HUNT, 2010, p. 85), ainda que com sutileza. Desse modo, nas escolas

Ao invés do lúdico, adotou uma postura pedagógica, englobando valores e normas do mundo adulto para transmiti-las às crianças. O ludismo, porque condenado como escapismo, foi banido para obras sem maior importância e de livre trânsito entre as camadas populares (ZILBERMAN, 1984, p. 100).

Lajolo (2012) entende que nesse período em que se forma a literatura infantil do país se define, também, os canais de circulação e consumo que a enlaça. A escola, que serve ao Estado como “aparelho ideológico”, quando não está a seu serviço, cai na rede da indústria editorial

(LAJOLO, 2012, p.58). De alguma forma, a escola é o entreposto entre o livro infantil e os leitores, mas a produção para as crianças

Tratava-se, é claro, de uma tarefa patriótica, a que, por sua vez, não faltavam também os atavios da recompensa financeira: via de regra, escritores e intelectuais dessa época eram extremamente bem relacionados nas esferas governamentais, o que lhes garantia a adoção maciça dos livros infantis que escrevessem. (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991, p. 29).

A isso pode-se relacionar o editor e escritor Monteiro Lobato, que não pode deixar de ser citado nas reflexões sobre a literatura infantil e sua inserção em campos brasileiros. Como editor, Lobato foi inovador, com estratégias de marketing, de propaganda e de vendas, modernizou a prática editorial brasileira. Ofertando e doando sua obra, *Narizinho Arrebitado*, para todas as escolas do Estado de São Paulo, e sendo reconhecido com um sucesso de leitura, Lobato vê-se a negociar com o Estado, quando constatado seu sucesso nas escolas (LAJOLO, 2012). Ampliou seus pontos de vendas para outros estados, forneceu os livros em consignação, realizava as entregas e recebimentos via Correios.

Como escritor, Lobato inaugurou uma nova forma de representar a literatura infantil do país. Insatisfeito com as traduções de livros infantis, escreveu suas histórias misturando a fantasia com a realidade em uma linguagem que fazia sentido para as crianças brasileiras. Dos personagens aos cenários, havia pontos que interligavam os 17 volumes de suas obras, mantendo a fidelidade do leitor. Sua produção é “simultaneamente instrumento e fruto de um projeto de modernização social.” (LAJOLO, 2012, p. 67).

Nessa congruência de editor e autor, Lobato tinha uma visão mercadológica da literatura evidenciada em suas palavras “cada livro considero uma vaca holandesa que me dá o leite de subsistência” (LAJOLO, 2012, p. 67). Dutra (2004), ao analisar a frase de Lobato “Faço livros e vendo-os, porque há mercado para a mercadoria; exatamente o negócio do que faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os”, mostra como ela ilustra bem o Brasil dos anos de 1930. O autor mostra que

Junto com os investimentos tecnológicos e novos métodos comerciais veio o gradativo desaparecimento da atividade dos antigos artífices impressores, os quais assinavam

por seus trabalhos, dando lugar a uma impressão anônima, em empresas comerciais de impressão (DUTRA, 2004, p. 5).

Comparações assim, podem ser vistas tanto pela questão da exigência de saberes e profissionais que a produção necessita, quanto por questões relativas ao sistema capitalista em que “a cultura passa a ser um negócio” (SILVA e BUENO, 2017, p. 1167). Ainda assim, o fato é que Lobato demonstrava uma percepção menos pedagógica da literatura infantil, e isso pode ter influenciado as produções posteriores destinadas à criança.

Para abordar o segundo momento, a década de 1940 a 1960, interessa destacar um texto escrito por Lourenço Filho – *Como aperfeiçoar a literatura infantil* –. Além de um título sugestivo, o texto demonstrava preocupação e carência ao mesmo tempo com a produção literária para as crianças. Bertoletti (2007) assinala que esse texto inaugurou análises sobre o tema, em uma consideração à criança, à educação e à arte. Cecília Meirelles compilou três palestras e publicou *Problemas de Literatura Infantil*; Fernando Azevedo, publicou *A literatura infantil numa perspectiva sociológica*. A primeira obra discute as características da produção, a segunda, acredita que a literatura infantil está condicionada à sociedade (VALÉRIO, 2014). Porém, para ambos autores, o gênero em questão possui aspectos formativos. Estudos como esses, unidos a outros que se seguiram, analisaram, questionaram, problematizaram a literatura infantil, especialmente no ambiente escolar. Leonardo Arroyo, Regina Zilberman, Marisa Lajolo, Lígia Cadermatori, Edmir Perrotti, Nelly Novaes Coelho, são alguns desses pesquisadores que pontuaram elementos importantes a se pensar para a formação do leitor.

Ao mesmo tempo, influências culturais, sociais, políticas, conceituais modificam o panorama da literatura. O mercado se desenvolvia com intensa produção e fabricação em série. O período de 1940 a 1960 foi marcado pela profissionalização e especialização dos envolvidos na criação e produção do livro, e deste modo

a etapa subsequente do processo de industrialização que acompanha, em paralelo, a história dos livros para a infância no Brasil. Assim, após a fase de estruturação do gênero através de iniciativas pioneiras e corajosas, como a de Monteiro Lobato, o momento seguinte foi uma etapa de produção intensa e fabricação em série, respondendo de modo ativo às exigências crescentes do mercado consumidor em expansão (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991).

O terceiro momento que nos importa lembrar, ocorreu entre as décadas de 1960 a 1990. Esse período foi marcado por políticas que impulsionaram a literatura infantil e pela criação de várias instituições ligadas a esse setor, tais como a Fundação do Livro Escolar (1966), a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (1968), o Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil (1973), as várias Associações de Professores de Língua e Literatura, além da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil, criada em São Paulo, em 1979 (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991).

O Estado realiza investimentos na compra de obras infantis para as escolas, tendo em vista o baixo índice de leitura. Essa mobilização apoiou e agilizou a iniciativa privada, fomentando o “número e o ritmo de lançamento de títulos novos” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991, p. 124). O Instituto Nacional do Livro (INL) passa a financiar uma quantidade expressiva de coedições, rompendo o favoritismo de publicações para escritores bem relacionados. Assim, “o Estado dá seu apoio à iniciativa privada, não mais favorecendo autores, mas grandes editoras, numa atitude análoga à que assume frente a vários outros ramos da indústria brasileira.” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991, p. 134).

Consagrados autores aproveitaram a oportunidade para se lançarem no mercado em franca expansão. O comércio se especializou para abarcar os prismas da produção da literatura infantil, das livrarias aos artistas gráficos. A produção do setor, comparado em época ao estudo de Lourenço Filho, em meados dos anos 40, ultrapassava os 70%.

A década de 1980 representa um marco na produção de livros no Brasil, pois nesse momento eles passaram a ser mais elaborados gráfica e editorialmente, o que modificou consideravelmente o padrão de oferta e provocou uma revolução tecnológica na atividade gráfico-editorial no país (KORNIS e EARP, 2005, p. 37).

Nessa época os temas deixam o predomínio do clima rural lançado por Lobato para privilegiar o urbano e problematizar questões sociais e modernas, mas também, favorecer a ficção científica, o mistério, a poesia. Essa diversidade temática era parte de uma tentativa de uma literatura infantil menos pedagógica, da qual pudesse despertar o gosto da leitura e enfrentar os problemas de formação do leitor.

Na década de 1980 outros programas vieram dar mais fôlego para a formação do leitor, como o Programa Nacional Sala de Leitura (1984 a 1987); o Programa Nacional Biblioteca do Professor (1994 a 1997); o Programa Nacional Biblioteca da Escola (1997 até os dias atuais). Tais programas, de alcance nacional, além de atingirem escolas de todo canto do Brasil, movimentaram milhões de reais por ano, aquecendo a indústria editorial de livros do país (FREITAS, 2014).

Essa relação ambígua, entre o Estado, a escola, o mercado e a literatura reafirma que a “formação de um quadro vivo de leitores não se dá no vazio ou apenas no acaso” (PERROTTI, 1990, p. 63), está entremeado de interesses diversos. Muitos, conflituosos, a espera de uma oportunidade, pois “os livros literários infantis são esperados, encomendados, lidos e estudados na escola” (FREITAS, 2014, p. 48), o que implica, em se tratando dos modos de agir, das relações entre a sociedade e a cultura,

O estabelecimento de vínculos efetivos entre leitura e sociedade pressupõe instituições e mediadores capazes de viabilizar a relação do leitor com o texto. Sem um quadro institucional que funcione adequadamente, parece difícil a criação e sustentação de vínculos entre sociedade e leitura (PERROTTI, 1990, p. 63).

Apesar de atentos das implicações ideológicas que a relação entre a escola e o mercado editorial pode significar, uma vez que a escolha do que se deve ler “é também um instrumento de controle social, que orienta as vendas e que os especialistas em técnica de mercado preparam com fervor” (ANDRUETTO, 2012, p. 57), é preciso reconhecer que o sistema escolar tem a capacidade de difundir a leitura. Nesse espaço muitas crianças podem encontrar, e se apropriar da literatura (SOARES, 1999). Nesse sentido, Lajolo entende que existem alguns motivos para celebração dos avanços da literatura infantil em contexto nacional, como a

1) disponibilidade de bons livros na maioria das escolas brasileiras; 2) tomada de consciência por parte de educadores e de parcela significativa de brasileiros da importância da capacidade leitora da população; 3) compreensão da responsabilidade maior e intransferível da escola na capacitação de seus alunos para leitura eficiente. (2012a, p. 165).

Sua celebração considera as implicações do modelo português colonial sob a cultura leitora no país, assim, os motivos apontados são a soma de múltiplos esforços e iniciativas que se efetivam na escola. Porém, a autora é consciente de que há muito o que avançar se se espera formar uma cultura leitora. Os desafios da leitura se ampliam, para as práticas, para as políticas, para o mercado, para as tecnologias, o que torna a conscientização de sua complexidade e a contínua atualização das reflexões sobre o tema, senão necessárias, ao menos pertinentes (LAJOLO e ZILBERMAN, 2017).

A literatura infantil em face ao mercado editorial

A indústria editorial é um mercado que destaca o Brasil na América Latina (LINDOSO, 2004) e atrai editoras estrangeiras pelo tamanho do mercado e de sua população jovem. No entanto, carrega consigo um alto índice de natalidade e mortalidade das editoras (LINDOSO, 2014) ao qual o autor associa a um investimento de ordem ideológica feita por amantes de livros, que nem sempre possuem outros planos de negócios que não seja o que os agrade.

Esse princípio ideológico que se apresenta nos interesses de alguns editores (HALLEWELL, 2005) pode ser latente em produtores de pequenos nichos, como os destinados aos livros infantis. Essa é apenas uma hipótese, pois não há uma completude de dados que o garanta, mas que se apoia na lógica da reconfiguração do setor empreendida um dia por Monteiro Lobato e na crença de que a “singularidade da produção de livros para crianças está intimamente ligada à ideologia e ao mercado, à tradição e ao gênero” (HUNT, 2010, p. 221). Produzir livros para crianças, por vezes, parece estar ligado a uma ideologia pessoal.

Apesar disso, a literatura infantil parece estar inserida, em grande medida, nos interesses que subjazem o sistema capitalista em que a conformação oligopólica existente agrupa os capitais econômicos e intelectuais em grupos empresariais que priorizam o lucro (THOMPSON, 2013). Como ordem primeira, esse sentido pode não ser favorável, uma vez que a “pressão para obter rendimentos imediatos tem um efeito perverso que atua contra os interesses do próprio círculo editorial, já que não contribui para criar novos e bons leitores” (ANDRUETTO, 2012, p. 62), fato que não colabora nem com a formação literária, nem com as vendas que o sistema prioriza.

Novos leitores, bons leitores e leitores contínuos tem significado complexo quando se pensa no que o leitor está lendo, pois as pesquisas existentes no Brasil não parecem dar conta das particularidades que envolvem a literatura infantil. Considerando que não há uma definição simples e exata do que seja literatura (FREITAS, 2014), fica ainda mais complexo definir a infantil. Ademais, nem toda produção de livros para crianças se enquadra no que os especialistas entendem por literatura. Um livro para crianças pode ter diversas intenções, como: instruir, entreter, construir valores, preparar para alfabetização, apresentar conceitos numéricos, criar habilidades motoras, entre outras. Ler um livro nem sempre é ler literatura.

Analisando os dados de vendas organizados pela Câmara Brasileira de Livros (CBL) e do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), e também selecionados por Lajolo e Zilberman (2017), é possível identificar que a produção de livros para crianças oscila, mas teve importante evolução nas últimas décadas.

	1990	1995	2012	2015
Infantil		5.791	7.047	6.783
Juvenil		3.026	3.964	3.952
Inf + Juv	4.890	8.817	11.011	10.735

Tabela 1 - Títulos editados

Exemplares editados:

	1990	1995	2012	2015
Infantil	31.941.520	39.916.745	32.030.337	12.499.466
Juvenil	-	13.169.185	15.383.065	11.277.437
Inf +Juv	31.941.520	53.085.930	47.413.402	23.776.903

Tabela 2 - Exemplares editados

Earp e Kornis (2005) advertem sobre possíveis enganos que podem existir nesses dados estatísticos, embora sejam os únicos que o Brasil dispõe. Da mesma forma, Lajolo e Zilberman (2017) apontam a falta de clareza entre os critérios que definem uma ou outra categoria. Contudo, para as autoras importa perceber o processo que a literatura infantil e juvenil incorporou nos últimos anos, consolidando os movimentos para o setor iniciados em 1970. Sabe-se que há uma corrente de uma literatura infantil sem adjetivos (ANDRUETTO, 2012), entendendo que a mesma pode agradar diferentes idades. Porém, é preciso reconhecer que há características muito singulares que constituem essa literatura, que não menospreze o saber da criança, nem que a conceba como um sujeito incompleto, por isso carente de construção, mas por reconhecer seu direito a uma literatura que a faça pensar sobre o mundo, sobre o ser e estar nele e em relação com outro.

Muitos são os questionamentos, na esfera micro da literatura infantil, que podem ser apontados a partir desses dados, como: Quais são as editoras participantes? A que nicho pertencem? Produzem livros ou literatura para crianças? O que entendem por literatura infantil? Como escolhem as obras que serão publicadas? Sua produção para o governo é a mesma para o varejo? Quais os critérios da escolha de suas publicações? O que consideram uma boa literatura?

As questões podem ser ainda mais expandidas, pois a cadeia de livros envolve uma série de instâncias incorporadas a profissionalização do livro que tende a enfraquecer o conceito da literatura (LAJOLO e ZILBERMAN, 2017). Todavia, os livros, de modo especial, são parte do poder cultural de um país, “são um instrumento de diplomacia cultural. Cultura abre portas, desperta simpatias e pavimentam o caminho para ações da diplomacia econômica e política.” (LINDOSO, 2014, p. 70).

Considerações finais

As relações entre a literatura infantil, a escola e o mercado editorial têm variado nos diferentes contextos históricos. Da proibição à formação humana, o percurso teve um construto que deixou marcas na história, que influencia conceitos e práticas de leitura literária. No retrospecto do livro, foi possível perceber algumas dessas nuances. Ao analisar aspectos bibliográficos que refletem sobre as relações que entrelaçam a criança, o mercado editorial e a escola, evidenciou-se uma relação tão complexa quanto necessária. Com o aumento da produção de livros para a

criança, os avanços em sua qualidade e o acesso do seu público, principalmente nos últimos anos, essa relação mostrou-se necessária.

Diante do exposto da pesquisa, não é possível conceber a literatura infantil como unidade sem interferências políticas, ideológicas, mercadológicas. Mas, se um dia a literatura infantil foi secundária, uma arte menor, hoje ocupa produções e pesquisas mais críticas, com menos exigências pedagógicas e mais sensibilidade para a arte, pois a literatura também ensina e instrui, embora essa não seja sua primeira ordem.

Referências

ANDRUETTO, M. T. *Por uma literatura sem adjetivos*. Tradução de Carmem Cacciacarro. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

ARAÚJO, E. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. São Paulo: Lexikon Editorial, 2012.

BERTOLETTI, E. N. M. *A produção brasileira sobre literatura infantil e juvenil*. In: ARAÚJO, D. A. D. C. *Pesquisa em educação: política, sociedade e tecnologia*. Campo Grande: UNIDERP, 2007. p. 79-89.

CARDOSO, V. Z. *Literatura, sociedade de consumo e escola: uma relação conflituosa*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 96 f. 2011.

DUTRA, E. F. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. In: _____ I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FREITAS, D. A. S. *Literatura infantil dos kits de literatura afro-brasileira da PBH: um currículo para ressignificação das relações étnico-raciais?* Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 280 f. 2014.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: USP, 2005.

HUNT, P. *Crítica, teoria e literatura infantil*. Tradução de Cid Knipel. São paulo: Cosac Naify, 2010. 328 p.

JAHN, H. O livro: um apanhado histórico. In: FERLAUTO, C. *O livro da gráfica*. 3. ed. São Paulo: Edições Rosari, 2001. p. 44-45.

- KORNIS, G.; EARP, F. S. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDS, 2005.
- LAJOLO, M. Circulação e consumo do livro infantil brasileiro: um percurso marcado. *Remate de Males*, Campinas, v. 3, p. 57-78, out 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636417>>. Acesso em: 01 maio 2018.
- LAJOLO, M. Livros, leitura e literatura em oito anotações. In: FAILLA, Z. *Retratos da leitura no Brasil 3*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012a. p. 163-181.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira: uma nova outra história*. Curitiba: PUCPress, 2017.
- LINDOSO, F. Panorama do setor editorial brasileiro. In: Revista Observatório Itaú Cultural. N.17 (ago/dez 2014). São Paulo: Itaú Cultural, 2014. 56-73.
- MORAES, R. B. D. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- PERROTTI, E. *Confinamento cultural, infância e leitura*. São Paulo: Summus, 1990.
- ROSA, F. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In: PORTO, C. D. M. *Difusão e cultura científica: alguns recortes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-92. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-04.pdf>>.
- ROSA, F. *Histórico das políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 17, p. 41-47, ago./dez. 2014.
- SILVA, A. T. T. D.; BUENO, S. F. Indústria cultural e mercantilização da cultura como projeto de semiformação na educação da infância moderna. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 4, p. 1164-1181, dez 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2017v35n4p1164/pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.
- SILVA, B. N. D. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. ed. Salvador: EDUFBA, 2005.
- SILVEIRA, R. M. H. Literatura, infância e espaços escolares - uma instância para reflexão. *Pro-Posições*, Campinas, v. 27, maio/ago. 2016. 13-20. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/pp/v27n2/1980-6248-pp-27-02-00013.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

SOARES, M. *A escolarização da literatura infantil e juvenil*. In: EVANGELISTA, A. A.; BRANDÃO, H. M.; MACHADO, M. Z. V. *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 17-48.

THOMPSON, J. B. *Mercadores de Cultura. O mercado editorial do século XXI*. Tradução de Alzira Allegro. São Paulo: UNESP, 2013. 472 p.

VALÉRIO, R.G. Notas sobre a literatura infantil brasileira. *Trilhas pedagógicas*, Pirassununga, v. 4, n. 4, p. 79-88, ago 2014. Disponível em: <<http://www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/trilhas/volume4/5.pdf>>. Acesso em: 28 Abr 2018.

ZILBERMAN, R. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 1983.

ZILBERMAN, R. O lugar do leitor na produção e recepção da literatura infantil. In: KHEDE, S. S. *Literatura infantil: um gênero polêmico*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 19-32.

ZILBERMAN, R. Literatura infantil: livro, leitura, leitor. In: ZILBERMAN, R. *A produção cultural para criança*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. p. 94-115.